



MULHERES MÃES DE CRIANÇAS DEFICIENTES

Quem são e como vivem?

WOMEN, MOTHERS OF DEFICIENT CHILDREN

Who are they and how do they live?

Valdecir Rosa Martins

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Ana Rojas Acosta

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

RESUMO

O artigo apresenta a família e o perfil da mulher/mãe buscando informar a origem, idade, condição de moradia, formação, trabalho e renda. O objeto em estudo são mulheres atendidas no Centro de Referência de Assistência Social – Região Centro Histórico (CRAS-RCH) de Santos e tenham filhos em idade escolar recebendo o Benefício de Prestação Continuada. Trata-se de investigação de abordagem qualitativa. A interpretação dos achados de campo se efetivou pela Análise de Conteúdo, tendo como hipótese que os sujeitos da pesquisa (mulheres) não se reconhecem fortalecidas com os serviços ofertados pelo CRAS-RCH e não o reconhecem como agente educador e gestor. Hipótese confirmada parcialmente, haja vista, a inconsistência de dados na Rede de Informações Sociais, prontuário eletrônico do CRAS.

PALAVRAS CHAVES: CRAS. Família. Mulher.

ABSTRACT

The article presents the family and the profile of the woman / mother looking to inform the origin, age, condition of dwelling, formation, work and income. The object in study they are women attended in the Center of Reference of Social work – Region I center Historical (CRAS-RCH) of Santos and have children in school age receiving the Benefit of Continued Installment. This is qualitative research. The interpretation of field was it brought into effect by the Content Analysis, assuming that the research subjects (women) are not recognized as international services. CRAS-RCH and are not recognized as an educator and manager. Hypothesis partially confirmed, due to inconsistency in the Net of Social Informations, electronic handbook of the CRAS.

Keywords: CRAS, Family. Woman.

“O mais triste de um sorriso, é não saber sorrir.”

Mãe entrevistada na pesquisa.



1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objeto de pesquisa à família referenciada no Centro de Referência de Assistência Social – Região Centro Histórico (CRAS-RCH) na Cidade de Santos. O objetivo é construir o perfil da família e da mulher/mãe de criança deficiente, quer seja, quanto aos dados de origem, condição de moradia, idade, sexo, estado civil, bem como dos dados de escolaridade, trabalho e renda. Particularmente nos interessa as informações relativas à deficiência da criança e os dados relacionados a mulher/mãe que é referência para o acompanhamento no Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF).

O arcabouço metodológico se constitui com o embasamento teórico de Minayo (2016, p.13) para quem, “o objeto da pesquisa nas ciências sociais possui consciência histórica”, pois os seres humanos são capazes de dar significado “a suas ações”. Igualmente, somos capazes de “explicitar as intenções”, projetar e planejar o futuro. Em relação dialética “vivenciamos a mesma época histórica (...), entre o que está dado e o que será fruto de seu protagonismo”.

Deste modo, “nas Ciências Sociais existe uma identidade entre sujeito e objeto”, visto que, “a visão de mundo de ambos está implicada em todo o processo de conhecimento”. De tal modo, que se trata de investigação qualitativa de construção do perfil das famílias, a partir do banco de dados Rede de Informações Sociais (RIS). A interpretação dos dados se efetivou pela Análise de Conteúdo, tendo como premissas que os sujeitos da pesquisa não se reconhecem fortalecidas com os serviços ofertados pelo CRAS-RCH. Aqui contextualizado e estudado a partir do capítulo um, tecendo conceito de família e do capítulo dois, construindo perfil de família. Os dados empíricos foram coletados da RIS e analisados a luz do referencial teórico do Serviço Social e outras profissões afins.

Esta produção é fruto da primeira análise da pesquisa “A Busca Pelo Fortalecimento Social Feminino: Centro de Referência de Assistência Social, Região Centro Histórico de Santos”, vinculada ao Programa de Pós-Graduação no Ensino em Ciências da Saúde - Campus Baixada Santista. No percurso da pesquisa identificasse a incidência de mulher com baixa escolaridade, sem qualificação profissional, desempregada ou com subemprego, com dois ou três filhos e na faixa etária de 31 a 50 anos.

2 TECENDO CONCEITOS DE FAMÍLIA



O conceito de família que se pretende utilizar neste estudo, não é dado, é constituído historicamente nas relações sociais de reprodução da vida, tal como a exclusão social da família e a oferta de serviços de proteção e prevenção ofertados no CRAS. Na perspectiva de construção de um arcabouço teórico que suporte nossas proposituras de estudo, sentimos a necessidade de aprofundarmos a conceituação de família. Nesse sentido, descartamos o modelo nuclear burguês, de origem ibérica.

Iniciamos com Gelinski e Moser (2015, p.125) que se aproxima as definições de família das Políticas Sociais assumidas pelo IBGE que afirma entender à família como um “conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, todos residentes na mesma casa ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar”, família como unidade doméstica. As autoras em menção, analisando o Censo Demográfico de 2010 apontam “cinco elementos de mudanças nas famílias brasileiras”: a) queda do tamanho da família – em 1960 eram 6,3 filhos por mulher, em 2010 são 1,86; b) aumento da idade da população – em 1940 a expectativa de vida era de 45,5 anos, em 2010 é 73,48 anos; c) o número de casamentos vem se mantendo em 6,5% e o de divórcios vem aumentando – em 1999 era 1,2% e em 2010 passou para 1,52%; d) aumento do número de mulheres chefe de família – 1985 estava em 18,2%, 2001 em 27,3% e em 2010 passou para 38,7%; e) aumento do número de famílias unipessoais – em 2000 eram 8,6% e em 2010 passou para 12.1%.

Nestes dados extraídos do texto de Gelinski e Mose percebe-se que a família contemporânea possui menos filhos, está ficando mais velha, se reconfigurando mais aceleradamente, ficando as mulheres como única responsável do lar e dos filhos e, os idosos estão morando sozinhos.

Para tecer um conceito de família, recorreremos Neder (2002, p.28) que nos diz que não há um modelo padrão, nem uma família regular, pois sim, devemos “pensar as famílias de forma plural” em uma “construção democrática baseada na tolerância com as diferenças”. Nesta esteira Sarti (2007, p.25) nos diz que “a família contemporânea comporta uma enorme elasticidade”. Chaves (2006, p.47) nos apresenta a família como membros que “estão unidos entre si por laços legais, [de] direitos e obrigações..., e uma quantidade variada e diversificada de sentimentos psicológicos, tais como amor, afeto, respeito e medo”. Para Chaves (p.51) o conceito de família transcende para além de uma unidade econômica, lugar de “prisão para os indivíduos”, para um “lugar de refúgio onde se escapa dos olhares de fora, lugar de afetividade



onde se estabelecem relações de sentimentos entre o casal e os filhos, lugar de atenção à infância”.

Conforme Perucchi & Beirão (2007, p.59) em uma perspectiva de compreender o olhar das mulheres sobre a paternidade, família e gênero, ressaltam que as relações intrafamiliares são “construções que se processam em campos sociais marcados por relações de afeto e de poder”, visto que, “o modelo pai/provedor” já foi superado, “enquanto que o modelo pai/autoridade” ainda aparece no relato de mulheres chefes de família. Sendo que, a maior parte destas mulheres “se reconhece desempenhando funções paternas e maternas”, mantendo a organização familiar por gênero, mesmo na ausência do masculino. Portanto, “o pai continua a ocupar, nessas concepções, um lugar de respeito e de autoridade sobre a família”.

Em estudo sobre maternidade e gênero Scavone (2001, p.48), refere que “o consumo crescente das novas tecnologias reprodutivas (contraceptivas e conceptivas) que ofereceram às mulheres, da década de sessenta em diante a possibilidade de escolher com maior segurança a realização da maternidade”, o que entendemos ainda não ter chegado às classes empobrecidas.

Para Scavone (p.49) a maternidade foi relacionada a fecundidade da terra nas áreas rurais, a feminilidade na sociedade moderna e a opressão das mulheres pelas feministas radicais, chegando a propor a não maternidade como forma de libertação. Posteriormente passou a ser considerada como instrumento de poder, construtora da identidade feminina e o controle da maternidade buscando que as mulheres chegassem a uma posição de escolha reflexiva. Uma questão importante a ser destacada é que nos países de terceiro mundo, como no Brasil, “a esterilização se tornou a solução das mulheres (...) para optarem pela não maternidade”.

Em se tratando de famílias pobres, foco do estudo, buscamos autores como Fonseca (2002, p.14) – em pesquisa etnográfica em bairros populares de Porto Alegre – que, encontrou o fenômeno da circulação de crianças, frente às dificuldades das mães em cuidar e educar seus filhos. Informa Fonseca que o estudo em uma Vila, “revelou que mais da metade das mães (com 20 anos ou mais) tinha em algum momento dado um de seus filhos para criação” e citando outros estudos, refere que “um número surpreendente de famílias urbanas de baixa renda abriga algum tipo de filho de criação” e nos contatos com os circulantes já adultos, afirma que “falam com tranquilidade, aparentemente sem complexos, de suas idas e vindas entre um lar e outro”. Para Fonseca (p.21) “o que se constata é um enorme leque de práticas de organização domésticas e social” e “a circulação de crianças entre diferentes mães de criação que faz historicamente parte da dinâmica familiar destes grupos”.

Em pesquisas relacionadas às famílias com interface com o Sistema de Justiça encontramos Fávero (2001) e Fávero et al, (2008) a predominância das famílias monoparentais



chefiadas por mulheres, a ausência das Políticas Sociais como suporte as condições socioeconômicas e a intervenção judicial. Tratamos aqui destas famílias porque possuem o perfil de riscos da intervenção do Estado, porque são sujeitos da oferta de serviços e programas no CRAS e porque estas mulheres sofrem a ação interventiva do Estado.

Fávero (2001, p.75) traçando o perfil das famílias foco de sua pesquisa, famílias submetidas a processos de destituição do poder familiar, as descreve como,

...pessoas solteiras, mulheres sós, com arranjos familiares transitórios ou instáveis, sem trabalho ou com trabalho precário, com baixa ou nenhuma renda, instalam se em moradias com poucas condições de habitabilidade ou provisórias (...), a luta pela sobrevivência percorre o seu dia a dia, e não apenas no que se refere às condições materiais, mas também às afetivas. Fávero (2001, p.75)

Neste exercício de aproximações percebe-se o quanto a responsabilidade está sobre as mulheres que lutam diariamente pela sua sobrevivência e da sua prole, que em quase a totalidade dos casos é a única a ser destituída do poder familiar, visto que, o homem está sempre ausente dos deveres, laços e compromissos de família. Fávero (p.125) afirma que “é preciso levar em conta a família vivida e não a idealizada, ou seja, aquela na qual se observam diversas formas de organização e de ligações e na qual as estratégias relacionadas à sobrevivência muitas vezes sobrepõem-se aos laços de parentesco”.

Continuando com Fávero et al (2008, p.15) na pesquisa com famílias que possuem um de seus filhos em Acolhimento Institucional na Cidade de São Paulo, aponta para um redesenho do perfil da família e encontra “a solidariedade familiar intergeracional” como suporte ao enfrentamento aos agravos da vida cotidiana. Ressalta-se que as conquistas das mulheres com a inserção no mercado de trabalho, os contraceptivos, o exame de DNA, as tecnologias reprodutivas, o divórcio, re-casamento, tal como, as novas representações do feminino e do masculino, “as formas de expressão da sexualidade, dos afetos”, provocaram mudanças na configuração da família contemporânea.

Na continuidade do exercício de tecer um referencial de família para iluminar o caminho que se pretender percorrer ao encontro das mulheres que, constituímos interlocutora deste estudo, Sarti (2007, p.28) constitui fonte importante na diferenciação que faz de unidade doméstica (casa) e família, sendo família “a rede de relações na qual se movem os sujeitos (...) e que provê os recursos materiais e afetivos”.

Segundo a autora, no referencial simbólico das famílias pobres, “a casa é identificada com a mulher, e a família com o homem”. Cabendo a mulher “manter a unidade do grupo. Ela é que cuida de todos e zela para que tudo esteja em seu lugar”. Logo, o feminino está submetido



a vulnerabilidade “em ter sua relação com o mundo externo mediada pelo homem”. Contudo, foge desta relação vulnerável quando assume também o papel de provedora/chefe de família.

Para Sarti (2007, p.33), amparada por Fonseca (2002), constitui-se o conceito de famílias enredadas, onde “criar ou dar uma criança (...), dentro do padrão de relações que os pobres desenvolvem entre si, caracterizadas por dar, receber e retribuir contínuos”, como “a extensão da família corresponde à da rede de obrigações: são da família aqueles com quem se pode contar, quer dizer, aqueles em quem se pode confiar”.

Para Antonio (2013, p.13), tratando da relação socioafetiva no “processo de estar com o outro, permeado por afetividade”. Logo, para mulher estar em atendimento no CRAS é lidar com a frustração da exclusão do acesso aos bem produzidos socialmente, é estar frente aos agravos da vida imposto pelas vulnerabilidades, riscos e violações que assola o cotidiano pela luta em reproduzir a vida. Nesta dialética pela vida, Sawaia (2007, p.46) referindo-se as mulheres aponta que “o seu principal sofrimento (...) é gerado pelo sentimento de incompetência para proteger os seus”.

Portanto, as mulheres são fonte empírica, interlocutora importante neste estudo, referência familiar para o CRAS-RCH, inserida em uma família plural e circulante em que a figura masculina mesmo ausente ainda representa a autoridade. Reconhecesse a família constituída de forma intergeracional, por laços de afinidades e afetivos, possuidora de elasticidade em uma condição de rede, lugar de afetividades, igualmente, se torna a família vivida, família que sofre, visto que, cada família é uma família em sua singularidade, não existe um modelo padrão.

3 CONSTRUINDO PERFIL DE FAMÍLIA

Os sujeitos deste estudo são mulheres, referência de família usuária do CRAS-RCH, em acompanhamento pelo PAIF e que possuem um de seus filhos em idade escolar recebendo o BPC-deficiente. Para Yasbek (2012, p.124) as famílias atendidas no CRAS são “representadas predominantemente, por mulheres em situação de pobreza”.

A coleta de dados no banco do Rede de Informações Sociais - prontuário eletrônico usado pelos profissionais do CRAS-RCH -, teve por base, a listagem de usuários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) deficiente, elaborada pela Coordenadoria municipal de Gestão do Sistema Único de Assistência Social (COGESUAS) e enviada semestralmente ao CRAS-RCH. Desta forma, partiu-se da listagem de julho de 2017, devido a estas registrarem famílias



que possuem Cadúnico e as que não possuem. Em posse desta informação, deu-se prosseguimento a coleta de dados, objetivando a elaboração do perfil das famílias.

Conforme dados da COGESUAS (2017) a Cidade de Santos possui 1.986 famílias que recebem o BPC-deficiente, das quais 517 residem no território do CRAS-RCH e referenciadas ao Serviço. Destas, 263 (50,9%) possuem Cadúnico e 254 (49,1%) não possuem. O estudo se restringe aos 50,9% das famílias que possuem cadastro.

Acessando a RIS chegou-se as seguintes informações de perfil da pessoa que recebe o BPC-deficiente: quanto ao sexo, o universo masculino se constitui por 52,5% e o feminino fica em 47,5%. Em relação a idade 22,4% de idosos acima de 60 anos, 48,6% são adultos entre 25 e 59 anos, os jovens são 9,0% com idade entre 18 e 24 anos; 7,1% de adolescentes entre 13 e 17 anos e as crianças menores de 12 anos representam 12,9%.

Referente à cor da pele que consta do cadastro RIS, os beneficiários do BPC se dividem em 45,1% de pele branca, 47,1% de pele parda, apenas 7,1% se declaram de pele negra, 0,4% indígena e não informado 0,4%. Apenas 9,9% estão em acompanhamento técnico do PAIF e possuem registro de atendimentos com técnicos de nível superior no CRAS-RCH.

Diante os dados acima, o universo da pesquisa se constituiu por 60 famílias beneficiárias do BPC- deficiente, isto é 20% do total, visto que possuem filhos - beneficiários - entre 2 e 18 anos. Destas, foram descartados 15 (21,1%) famílias, devido a que 5,3% dos casos não constava a mãe no cadastro da RIS, em outros 7,0% não se registrava a deficiência na RIS. Quanto a moradia 8,8% das famílias moravam em outros bairros, não pertencentes ao território do CRAS-RCH. Estes dados nos remetem a uma falha de preenchimento das informações no ato de efetivação e/ou atualização do cadastro, mostrando 21,1% de informações inconsistentes. Finalmente, estabelecemos que serão 45 famílias as pesquisadas o que significa 17,1% do total de famílias que recebem o BPC e possuem Cadúnico referenciado ao CRAS.

Constatou-se que o perfil dos filhos, quanto ao sexo, o universo masculino se constitui de 66,7% e o feminino ficam em 33,3%. Em relação a idade 66,7% são crianças entre 2 e 12 anos – não havia crianças menores de dois anos –, os adolescentes constituem 33,3% na idade entre 13 e 18 anos.

Referente a cor da pele que consta do cadastro RIS, dividiu-se em 48,9% de pele branca, 48,9% de pele parda, 2,2% de pele preta e 0,0% de pele amarela ou indígena. Quanto as informações sobre o pai, constam majoritariamente dados destes em 91,1% e não constam a diferença de 8,9%.

Em relação ao tipo de deficiência, separou-se em: deficiência física 22,2%, mental ou intelectual 40,0%, doença mental 8,9%, deficiência física, mental ou intelectual 6,7%, surdez



severa e profunda 6,7%, síndrome de Down 3,3% e surdez, física, mental ou intelectual fica em 2,2%.

Na continuidade da coleta de dados, buscamos as informações do local e condições de residência, onde se apresenta uma predominância das residentes na Região Central e Vila Mathias com 53,5% das famílias. Em relação à condição de habitação há 31,1% que residem de aluguel e 26,7% dos casos foi anotado possuir acessibilidade.

Quadro 01 - Dados de Moradia

Bairros de Moradia			Tipo de Residência		
Campo Grande	2	4,4%	Própria	7	15,6%
Caruara	2	4,4%	Alugado	14	31,1%
Centro	1	2,2%	Cedido	3	6,7%
Jabaquara	1	2,2%	Dado não informado	21	46,7%
José Menino	2	4,4%	Tipo de medidor de energia		
Marape	5	11,1%	Próprio	23	51,1%
Monte Serrat	2	4,4%	Comunitário	17	37,8%
Morro do José Menino	6	13,3%	Sem Medidor	2	4,4%
Paqueta	3	6,7%	Não informado	3	6,7%
Vila Nova	7	15,6%	Local de moradia tem acessibilidade		
Vila Mathias	13	28,9%	Dado não informado	33	73,3%
Vila Belmiro	1	2,2%	Acessibilidade	12	26,7%

Fonte RIS julho/17. De elaboração própria.

Nas informações da composição familiar fica constatado a predominância da composição familiar de 3 a 5 integrantes em 66,6% da amostra. Quanto a quantidade de filhos em 64,4% dos casos a família é constituída de 2 ou 3 filhos. Já em apenas 35,6% das famílias há a declaração da presença de um companheiro/esposo/marido.

Quadro 02 - Composição familiar

Quantidade de filhos por família			Quantidade de Pessoas por Família		
1 Filho	7	15,6%	02 Pessoas	6	13,3%
2 filhos	18	40,0%	3 Pessoas	10	22,2%
3 filhos	11	24,4%	4 Pessoas	9	20,0%
4 filhos	6	13,3%	5 Pessoas	11	24,4%
5 filhos	2	4,4%	6 Pessoas	6	13,3%
9 filhos	1	2,2%	7 Pessoas	1	2,2%
Presença do Companheiro na Família			8 Pessoas	1	2,2%
Com Companheiro	16	35,6%	10 Pessoas	1	2,2%
Sem Companheiro	29	64,4%			

Fonte RIS julho/17. De elaboração própria.



Nos dados acima (quadro 02), nos chama a atenção 64,4% de famílias em que não há presença de um companheiro, denotando se tratar de famílias chefiadas por mulheres. Para Gelinski e Moser (2015, p.125) ao analisar o Censo Demográfico de 2010 apontam que “em 1985 eram 18,2%, em 2001 27,3% e em 2010 passou para 38,7%”, nesta amostra em relação a mulher/mãe de crianças deficientes, vivendo no território do CRAS-RCH, são 64,4%.

Dando continuidade à análise, no quadro 03, informações sobre Estado de origem da mulher são registrados, de modo que a faixa etária e estado civil estão presentes. Observa-se que 60% das mulheres se declaram solteiras, há predominância da faixa etária entre 31 a 50 anos, sendo 46,7% entre 31 e 40 anos e 33,3% entre 41 e 50 anos. Quanto ao Estado de origem temos 55,6% do estado de São Paulo e 31% da região nordeste.

Quadro 03 - Origem, idade e estado civil

Estado de Origem da Mulher			Idade da Mulher		
Alagoas	3	6,7%	18 a 24	1	2,2%
Bahia	4	8,9%	25 a 30	3	6,7%
Ceará	2	4,4%	31 a 40	21	46,7%
Maranhão	1	2,2%	41 a 50	15	33,3%
Minas Gerais	1	2,2%	51 a 60	5	11,1%
Pará	1	2,2%	Estado Civil		
Paraná	3	6,7%	Casada	5	11,1%
Pernambuco	2	4,4%	Divorciada	2	4,4%
Rio de Janeiro	1	2,2%	Solteira	27	60,0%
São Paulo	25	55,6%	União Estável	7	15,6%
Sergipe	2	4,4%	Dado não informado	4	8,9%

Fonte RIS, julho/17. De elaboração própria.

Em relação à cor da pele, no quadro 04, há uma predominância das declarações em 53,3% de pele parda, seguida da pele branca em 37,8%. Quanto à formação escolar apenas uma mulher é analfabeta, o que representa na amostra 2,2%. Também há 6,7% das mulheres estudando, o que perfaz o total de três mulheres. Há 42,2% das mulheres no Ensino Médio. Entretanto, na busca por estes dados, observou-se que a localidade da escola de formação era a mesma para grande maioria dos casos e não conseguimos precisar se está falha (do sistema RIS) também afetou o grau de formação, mas feita está ressalva, decidiu-se pela utilização dos dados, sabendo tratar-se de uma amostra que carece de melhor aprofundamento.

Quadro 04 - Cor da pele e escolaridade

Cor da Pele Mulher			Qual a Escolaridade da Mulher		
Branca	17	37,8%	Fund. 1º Ciclo	10	22,2%
Parda	24	53,3%	Fund. 2º Ciclo	11	24,4%
Preta	3	6,7%	Ensino Médio	19	42,2%
Amarela	1	2,2%	EJA	5	11,1%



A mulher Sabe Ler e Escrever			A mulher Frequenta Escola		
Sim	44	97,8%	Sim	3	6,7%
Não	1	2,2%	Não	42	93,3%

Fonte RIS, julho/17. De elaboração própria.

Quanto ao quadro 05 que trata das informações de profissão trabalho e renda, há uma parcela significativa de dados inconsistentes pelo não preenchimentos de itens do banco de dados RIS que foram registrados em 53,3% em relação a representação dos gastos do BPC, em 33,3% na representação da renda da mulher, em 88,9% da não informação se a mulher tem profissão e em 71% da não informação do trabalho principal da mulher. Desta forma, para que o estudo não ficar prejudicado, opinou-se pela inclusão no quadro dos itens mencionados como inconsistência dos dados e dado não informado.

Quadro 05 - Profissão, trabalho e renda

A mulher Tem Profissão			Qual o Trabalho Principal da mulher		
Não informado	40	88,9%	Carteira Assinada	1	2,2%
Não tem	5	11,1%	Por conta Própria	2	4,4%
			Informal	9	20,0%
			Doméstico	1	2,2%
			Dado não informado	32	71%
			Quanto representa a renda da Mulher		
Quanto o BPC representa dos gastos			Inconsistência de dados	15	33,3%
Inconsistentes dos dados	24	53,3%	Representa 0%	15	50,0%
Dados consistentes	21	46,7%	Representa 1% a 33%	12	40,0%
Representa 1% a 33%	0	0,0%	Representa 34% a 66%	3	10,0%
Representa 34% a 66%	4	19,0%			
Representa 67% a 100%	6	28,6%			
Representa mais de 100%	11	52,4%			

Fonte RIS, julho/17. De elaboração própria.

Concluindo a análise deste quinta e último quadro, observamos que em 81% dos casos a renda do BPC representa entre 67% e 100% das despesas da família, e em 28,6% dos casos representa entre 67% e 99% e em 52,4% representam 100% dos gastos, **tornando-se o BPC a renda principal da família**, o que se aproxima dos 60% de mulheres solteiras e dos 64,4% de mulheres vivendo sem companheiro. O dado de representação da renda da mulher em relação a renda familiar, também aponta para esta realidade, pois, em 50% dos casos representa 0% e em 40% representa entre 1% e 33% da renda. Sendo que 20% - dos dados informados -, a renda da mulher e proveniente do mercado informal de trabalho, pois, temos apenas uma (2,2%) mulher que declarou estar trabalhando registrada em carteira de trabalho.

4 CONCLUSÃO



Registrado os avanços da pesquisa supramencionada na página inicial, por se tratar da análise de alguns dados relevantes encontrados na pesquisa que ora socializamos. Desta forma, citamos trecho de duas das entrevistas que retratam as nossas afirmações: “o Cras, [atende] o problema social familiar. Como é que está sua vida, se tem emprego, se não tem..., o que o CRAS pode ajudar..., o Cras é isso né? (...) e sempre tem os limites...” (entrevista quatro) e quando se diz: “as mulheres, se não tiver estudo elas, tende a ter uma maior dificuldade e como elas são ligadas mais a casa, a família, elas não têm assim muito acesso” (entrevista nove).

Constatou-se na coleta de dados, o não preenchimento na RIS de itens específicos e importantes para a compreensão da realidade em estudo. Para exemplificar no quadro 01, está em 73,3% o dado não informado se há acessibilidade na residência e em 46,7% dos casos não há informações sobre o tipo de moradia.

Finalmente, chama-nos a atenção a ausência destas informações importantes na RIS e a inconsistência de outros dados. Contudo, constata-se o perfil de uma mulher desempregada, com baixa formação escolar e ausência de formação profissional, predominantemente paulista, parda e branca, na faixa etária entre 31 e 50 anos, com dois ou três filhos, sendo um deficiente, não sabemos se sua residência é própria, alugada ou cedida e se possui acessibilidade.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, M.L.B. Relações socioafetivas intergeracionais e a guarda de crianças. In: MELLO, F. A. O. P.; ANTONIO, M.L.B.; GUERRA, N.O.P.B. **Família, (des)proteção Social e Direito à Vida**. – São Paulo: Veras Editora, 2013.

CHAVES, U.H. Família e parentalidade. In: CERVENY, C.M.O. (Org.) **Família é...** – São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

GELINSKI, C.R.O.G.; MOSER, L. Mudanças nas famílias brasileiras e a proteção desenhada nas políticas sociais. In: MIOTO, R.C.T.; CAMPOS, M.S.; CARLOTO, C.M. (Orgs.) **Familismo, Direito e Cidadania: contradições da política social**. – S.P.: Cortez, 2015.

FÁVERO, E.T. **Rompimento dos Vínculos do Pátrio Poder**: condicionantes socioeconômicos e familiares. São Paulo – Veras, 2002.

FONSECA, C. **Caminhos da Adoção**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MINAYO, M.C. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M.C. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016. (Série Manuais Acadêmicos)



NEDER, G. Ajustando o Foco das Lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, S.M. (organizador) **Família brasileira, a base de tudo**. – 5. ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2002.

PERUCCHI, J.; BEIRÃO, A.M. Novos Arranjos Familiares: Paternidade, Parentalidade e Relações de Gênero Sob o Olhar de Mulheres Chefes de Família. **Revista de Psicologia Clínica**. Rio de Janeiro, Vol.19, n.2, p.57-69, 2007.

SANTOS, **Banco de Dados Rede de Informações Sociais**, 2017. Disponível em <https://egov1.santos.sp.gov.br/ris/Usuario/Login/principal>, Acessado julho de 2017.

SARTI, C.A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A.R.; VITALE, M.A.F. (Orgs) **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2007.

SAWAIA, B.B. Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades. In: ACOSTA, A.R.; VITALE, M.A.F. (Orgs) **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2007.

SCAVONE, L. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Revista Interface**, Comunicação, Saúde, Educação. v.5, n.8, p.47-60, fevereiro/2001.

YASBEK, M.C. et. al. (Orgs.). O Sistema Único de Assistência Social em São Paulo e Minas Gerais – desafios e perspectivas de uma realidade em movimento. In: COUTO, B.R. et. Al. (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2012.